



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: **Gás Carbônico (CO2) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L**, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2	Requisitante:	Secretaria de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	1 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: **Gás Carbônico (CO2) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L**, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT. TOTAL
01	CATMAT 327095 - Recarga de extintor AP 10 Litros	U	353
02	CATMAT 236535 - Recarga de Extintor CO ² 6 KG	U	276



03	CATMAT 236540 - Recarga de extintor PQS 6 KG	U	37
04	CATMAT 236541 - Recarga de extintor PQS 4 KG	U	7

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.9. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.10. Esta contratação se enquadra em serviço continuado como consta no art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, sendo as “compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”. A utilização do prazo de vigência plurianual no caso de fornecimento contínuo é condicionada ao ateste de maior vantagem econômica, a ser feita pela autoridade competente no processo respectivo, conforme art. 106, I da Lei nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação, dos tipos Gás Carbônico (CO2) 6 kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 kg e Água Pressurizada (AP) 10 litros. Esses extintores estão instalados nas Unidades Escolares, no Almoxarifado Central e no Núcleo Central da Secretaria de Educação, sendo fundamentais para garantir a segurança de alunos, servidores e do patrimônio público em situações de emergência, como princípios de incêndio.

2.2. A contratação justifica-se tecnicamente pela necessidade de manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, de forma a assegurar que estejam sempre em plenas condições de uso, conforme as normas de segurança e prevenção de incêndio estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar e pelos órgãos de controle competentes. Além disso, é importante destacar que a manutenção periódica dos extintores é obrigatória para a obtenção e renovação



do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento indispensável para o funcionamento legal das unidades escolares da rede pública.

Ademais, a natureza contínua do serviço se justifica pelo caráter recorrente e essencial da atividade, que exige monitoramento constante, inspeções periódicas e intervenções técnicas sempre que necessário, evitando assim falhas no sistema de combate a incêndio. Ressalta-se que a contratação será realizada por meio de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/2021, que trata da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente nos dispositivos que abordam a contratação de serviços contínuos e a obrigatoriedade de licitação.

2.3. O serviço contratado deverá ainda observar as normas da ABNT, como a NBR 12962, NBR 15808, NBR 15809 e NBR 12693, que regulamentam os procedimentos de recarga, manutenção e sinalização de extintores, bem como as instruções técnicas emitidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Dessa forma, a contratação visa assegurar o pleno funcionamento dos extintores em caso de necessidade, atender às exigências legais e normativas, preservar a integridade física de alunos, servidores e do patrimônio público, evitar a deterioração dos equipamentos por falta de manutenção e reduzir riscos legais e administrativos decorrentes do descumprimento das normas de segurança contra incêndio.

2.4. Com a manutenção desses equipamentos em condições de uso, resta adequado o nível de prevenção a sinistros envolvendo o patrimônio municipal, além da obediência às normas de segurança vigentes, determinação da portaria nº 58 de 2022 do INMETRO/ME, Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações e normas referentes a extintores de incêndio: NBR nº. 12692 / NBR nº. 12693/ NBR nº. 15808 / NBR nº. 15809 e NR nº. 23

2.5. Diante da análise desenvolvida no presente instrumento, conclui-se que a solução apresentada mostra-se a mais eficaz em termos de disponibilidade de mercado e economicidade, considerando a forma que a Administração Pública vem realizando contratações nesse viés. É possível verificar a variedade de fornecedores para a prestação do objeto estudado, assim como é possível ter uma clara visão do preço de mercado praticado. O modo de contratação também se mostra eficaz, obedecendo às diretrizes da Lei 14.133/2021, utilizando a modalidade de licitação (que é a regra) Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento “menor preço unitário por lote”, por meio do Sistema de Registro de Preços, o que traz economicidade para a Administração Pública, uma vez que o fornecimento do serviço fica a critério do Poder Público, de forma discricionária, considerando a mudança da situação fática da demanda, ainda que haja uma estimativa de necessidade.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A Administração Pública, visando garantir segurança e bem-estar nas Unidades Escolares e na Secretaria de Educação para, cada vez mais, melhorar o conforto dos alunos da Rede Pública de Ensino, optou por contratar Empresas especializadas para prestar serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: **Gás Carbônico (CO₂) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L**, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação.

A presente solução consiste na contratação de empresa especializada, devidamente registrada junto aos órgãos competentes, inclusive ao Corpo de Bombeiros Militar, para a execução de serviços continuados de recarga, manutenção preventiva e corretiva, testes hidrostáticos e afiação de extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação. A medida visa atender integralmente às necessidades das unidades escolares da rede municipal, bem como do Almoxarifado Central e do Núcleo Central da Secretaria, assegurando que os equipamentos de combate a incêndio estejam sempre em conformidade com as normas técnicas vigentes e aptos ao uso imediato.

Para isso, a empresa contratada será responsável por realizar a manutenção periódica dos extintores, conforme previsto na ABNT NBR 12962:2016, abrangendo inspeções técnicas, substituição de peças danificadas, testes de pressão e estanqueidade, reapertos, limpeza e demais procedimentos necessários para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos. Além disso, será realizada a recarga dos extintores de Gás Carbônico (CO₂) de 6 kg, Pó Químico Seco (PQS) de 4 kg e 6 kg, e Água Pressurizada (AP) de 10 litros, de acordo com a demanda identificada e os prazos de validade de cada equipamento.

Adicionalmente, a solução prevê a correta afiação e reinstalação dos extintores em locais estratégicos, observando os critérios da ABNT NBR 12693:2021, que estabelece requisitos sobre altura de instalação, visibilidade, sinalização adequada e facilidade de acesso. O serviço incluirá ainda a identificação individualizada de cada extintor, com aplicação de etiquetas, lacres e registros que permitam o controle rigoroso da manutenção e rastreabilidade dos equipamentos.

Considerando a natureza das unidades atendidas, com movimentações constantes de mobiliário e fluxo de pessoas, além de possíveis danos acidentais aos equipamentos, é



essencial que os serviços sejam prestados de forma contínua ao longo do período contratual. Assim, garante-se uma cobertura abrangente e tempestiva para todas as escolas, almoxarifados e setores administrativos, inclusive para substituições emergenciais ou atendimentos corretivos imediatos, conforme a necessidade.

Por fim, a adoção dessa solução também permitirá padronizar as intervenções técnicas e assegurar o cumprimento das exigências legais relativas à segurança contra incêndios. Dessa forma, contribui-se diretamente para a preservação da integridade física de alunos, servidores e demais frequentadores dos espaços educacionais, ao mesmo tempo em que se promove a conservação do patrimônio público e a conformidade com os requisitos do Corpo de Bombeiros e da legislação vigente. Portanto, trata-se de uma solução completa, estratégica e preventiva, voltada à gestão eficaz dos riscos e à promoção de ambientes escolares mais seguros.

Conforme já consta do ETP, é importante ressaltar as desvantagens de a própria Secretaria de Educação comprar as recargas e utilizar seu quadro de pessoal para realizar as recargas dos extintores, em vez de contratar empresa especializada para prestar os serviços. Primeiramente, é importante destacar que a recarga de extintores é uma atividade de alto risco e regulamentada por normas técnicas específicas, como a ABNT NBR 12962:2016, que estabelece os requisitos para inspeção, manutenção e recarga de extintores. Essa atividade exige a utilização de equipamentos técnicos adequados, como balanças de precisão, cilindros de teste hidrostático, prensas de recarga, câmaras de contenção, instrumentos de calibração, compressores específicos, entre outros. Além disso, demanda mão de obra especializada, treinada e certificada, com conhecimento técnico para operar com segurança agentes químicos e gases pressurizados.

A Secretaria de Educação, por sua natureza institucional e finalidade educacional, não possui estrutura física, pessoal técnico qualificado, nem autorização legal para exercer atividade industrial de recarga de extintores. Essa prática, se executada de forma interna, colocaria o órgão em desacordo com o que estabelece o Corpo de Bombeiros Militar e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que exige que as empresas recarregadoras estejam cadastradas, certificadas e em conformidade com normas específicas de segurança e qualidade.

Além disso, a tentativa de realizar recargas internamente poderia gerar graves riscos à segurança dos servidores envolvidos e das unidades escolares, caso os procedimentos não sejam conduzidos com a precisão exigida. Falhas na recarga, na vedação dos cilindros ou na utilização de cargas inadequadas podem resultar em equipamentos inoperantes ou até em



acidentes com lesões físicas, danos estruturais ou perda de patrimônio, especialmente em ambientes escolares com grande circulação de crianças, adolescentes e profissionais.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, a execução de uma atividade técnica sem habilitação legal também exporia a gestão pública à responsabilização civil, penal e administrativa, podendo acarretar a rejeição de contas, aplicação de sanções pelos órgãos de controle ou até responsabilização pessoal de gestores, especialmente se ficar comprovado que extintores foram manipulados indevidamente ou que houve omissão no cumprimento das normas.

Por fim, é importante reforçar que a contratação de empresa especializada garante a responsabilidade técnica formal sobre os serviços prestados, assegura a emissão de certificados de conformidade, o uso de equipamentos calibrados e o cumprimento rigoroso das normas da ABNT e das exigências do Corpo de Bombeiros. Dessa forma, a terceirização desse serviço não apenas assegura a eficiência e a segurança do processo, como também permite à Secretaria concentrar-se em sua atividade-fim, que é a gestão da educação pública. Portanto, é tecnicamente, legalmente e operacionalmente desaconselhável que a Secretaria de Educação realize a recarga de extintores por meios próprios, sendo a contratação de empresa especializada a única alternativa viável, segura e legalmente permitida para garantir a adequada manutenção desses equipamentos de segurança essenciais.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme o art. 28, inciso I, e o art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, com o tipo de julgamento "menor preço por lote". A licitação será aberta a fornecedores locais, regionais e nacionais, e as especificações dos produtos serão definidas com base nos padrões usuais de mercado.

A solução escolhida para esta contratação, considerando sua viabilidade econômica, técnica e ambiental, será a modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021. O Registro de Preços é uma ferramenta importante e eficiente para a Administração Pública, especialmente quando sua utilização é conveniente. Ele simplifica e otimiza os processos licitatórios, proporcionando várias vantagens, como o aperfeiçoamento do planejamento, aumento da eficiência administrativa, redução de licitações redundantes, maior agilidade nas contratações e flexibilidade para o órgão público, que poderá realizar ou não a requisição de serviços conforme a necessidade.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) facilita diversas contratações, concomitantes ou sucessivas, sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios para cada uma, atendendo a um ou mais órgãos ou entidades públicas. O quantitativo de itens, conforme



demonstrado nas tabelas anexadas, será considerado na execução do processo. O SRP é um instrumento que permite ao município ou à instituição registrar um preço para a contratação de serviços ou fornecimento de materiais, o que proporciona condições comerciais mais vantajosas. Ao registrar esses preços, o município consegue obter descontos e melhores condições ao contratar um volume maior de serviços. Isso é especialmente relevante para as unidades escolares e para a Secretaria de Educação, que frequentemente necessitam de recargas de extintores para garantir a segurança das unidades escolares e do núcleo central da Secretaria de Educação. A reposição contínua dessas recargas é essencial para assegurar que os ambientes estejam devidamente protegidos contra riscos de incêndio, garantindo a segurança de alunos, servidores e do patrimônio público.

Portanto, a contratação via SRP é uma solução eficaz para atender a essas demandas, incluindo as urgentes e eventuais.

Além disso, o SRP oferece diversas vantagens. Uma delas é a flexibilidade, pois permite a requisição de serviços conforme a demanda, com a possibilidade de realizar compras parceladas, ajustadas às necessidades que surgirem durante o período de vigência da ata. Outra vantagem significativa é a economia de escala, já que, ao centralizar as contratações e negociar com um único fornecedor ou com fornecedores registrados, é possível obter preços mais competitivos devido ao volume contratado. A agilidade na contratação também é um ponto forte do SRP, pois o processo licitatório para o registro de preços já ocorreu previamente, o que facilita e acelera a formalização das contratações conforme as necessidades surgem. Por fim, o SRP favorece o planejamento e a previsibilidade, permitindo que as contratações sejam feitas de forma mais estratégica, considerando que as demandas por recargas de extintores nas unidades escolares são recorrentes e podem ser previstas com razoável antecedência.

Portanto, a utilização do Sistema de Registro de Preços para a contratação de recargas de extintores se configura como uma solução eficiente e vantajosa, garantindo a continuidade das atividades escolares e a manutenção de um ambiente seguro e adequado.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, com a execução dos pedidos conforme a solicitação do contratante, por meio de nota de empenho, com fornecimento conforme as conveniências e necessidades definidas pelo Setor de Patrimônio da Secretaria de Educação. Embora não haja regulamentação específica para o SRP no âmbito do município de Nova Friburgo, em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462, de 31/03/2023, justificamos a utilização do respectivo procedimento auxiliar, nos termos do art. 3º, inciso I, desse diploma legal:



“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução é mais viável para o objeto em questão.

O presente processo administrativo será realizado através de PREGÃO ELETRÔNICO, com fulcro no art. 28, Inciso I da lei 14.133/2021 e será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1 Para a correta busca da solução, para que se possa manusear extintores de incêndio, é necessário que sejam seguidas as seguintes normas da ABNT: ABNT NBR 12693:2021; ABNT NBR 12962:2016; ABNT NBR 15808:2017; ABNT NBR 15809:2017. E para se realizar as recargas devidamente, deverá haver, conforme a Portaria INMETRO/ME Nº 58/2022, credenciamento junto ao INMETRO, bem como é necessária a autorização do Corpo de Bombeiros Militar da unidade federativa correspondente, a fim de assegurar que os procedimentos estejam alinhados com as exigências de segurança e regulamentação local.

4.1.1 Qualquer divergência se orientar pelas Normas já mencionadas.

4.2. A seguir os requisitos da contratação para guiar a empresa vencedora da licitação, sempre seguindo as ABNT NBR 12963:2021 e ABNT NBR 12962:2016:



- a. A contratada deverá realizar inspeção nos extintores de incêndio com carga de gás carbônico e cilindros para o gás expelente, com frequência de três meses, sendo 01 (uma) inspeção imediata após a contratação e outra inspeção, 03 (três) meses após a primeira.
- b. Para os demais extintores, a empresa contratada deverá realizar inspeção única, em data determinada pela contratante.
- c. A contratada deverá **recolher e devolver** os extintores nos locais (endereços) indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência.
- d. Ao retirar os extintores para manutenção, a empresa contratada deverá deixar, em substituição, outros com as mesmas características e em perfeitas condições de uso, evitando que o local fique desprovido de extintores durante o período em que o serviço estiver sendo executado.
- e. Local de execução dos serviços, quando necessário, será a oficina do licitante vencedor.
- f. A empresa vencedora deverá manter seguro de responsabilidade civil, guarda de equipamentos de terceiros e seguro de incêndio.
- g. Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos após os equipamentos serem examinados por um representante da Secretaria de Educação.
- h. Após a manutenção, a contratada deverá entregar os equipamentos aos seus respectivos setores devidamente limpos, inclusive com pintura nova quando necessário.
- i. Os serviços de manutenção serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- j. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e correções.
- k. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- l. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- m. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



4.3 Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.

4.5 Os extintores deverão ser retirados dos locais indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência pela empresa vencedora do lote da licitação, sempre em horário comercial (das 09h às 18h). A empresa se responsabilizará pela retirada e transporte dos extintores, bem como toda a mão de obra envolvida nesta operação para posterior recarga e reinstalação dos equipamentos em seus locais de origem. A empresa será responsável, ainda, pela guarda dos equipamentos após a sua retirada;

4.6 A empresa Vencedora deverá efetuar além do Serviço de Recarga, os serviços de Inspeção Técnica e Manutenção, de forma acessória, em todos os Extintores que compõem o rol de patrimônios da Secretaria de Educação, e daqueles que vierem a fazer parte deste rol, no decorrer do contrato conforme margem de segurança prevista. Sem custos adicionais para a contratante.

4.7 A Inspeção Técnica deverá ser feita trimestralmente em todos os extintores, sendo a primeira em até 30 dias após a assinatura de contrato.

4.8 A Manutenção deverá ser realizada conforme conveniência e necessidade apontadas no relatório da Inspeção Técnica, e previamente aprovadas pelo Fiscal do Contrato.

4.9. DA LOGÍSTICA REVERSA:

4.9.1. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

- a) A contratada deverá realizar inspeção nos extintores de incêndio com carga de gás carbônico e cilindros para o gás expelente, com frequência de três meses, sendo 01 (uma) inspeção imediata após a contratação e outra inspeção, 03 (três) meses após a primeira.
- b) Para os demais extintores, a empresa contratada deverá realizar inspeção única, em data determinada pela contratante.
- c) A contratada deverá **recolher e devolver** os extintores nos locais (endereços) indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência.
- d) Ao retirar os extintores para manutenção, a empresa contratada deverá deixar, em substituição, outros com as mesmas características e em perfeitas condições de uso, evitando



que o local fique desprovido de extintores durante o período em que o serviço estiver sendo executado.

- e) Local de execução dos serviços, quando necessário, será a oficina do licitante vencedor.
- f) A empresa vencedora deverá manter seguro de responsabilidade civil, guarda de equipamentos de terceiros e seguro de incêndio.
- g) Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos após os equipamentos serem examinados por um representante da Secretaria de Educação.
- h) Após a manutenção, a contratada deverá entregar os equipamentos aos seus respectivos setores devidamente limpos, inclusive com pintura nova quando necessário.
- i) Os serviços de manutenção serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- j) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e correções.
- k) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- l) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- m) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.10 Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.11 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.

4.12 Os extintores deverão ser retirados dos locais indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência pela empresa vencedora do lote da licitação, sempre em horário comercial (de



09:00h às 18:00h). A empresa se responsabilizará pela retirada e transporte dos extintores, bem como toda a mão de obra envolvida nesta operação para posterior recarga e reinstalação dos equipamentos em seus locais de origem. A empresa será responsável, ainda, pela guarda dos equipamentos após a sua retirada;

4.13 Na execução dos serviços, deverá ser obedecido às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes: a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias; b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração; c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final; d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável; e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H1301 e H-2402; f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução; g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente. g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de



regeneração. g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

4.14 A empresa Vencedora deverá efetuar além do Serviço de Recarga, os serviços de Inspeção Técnica e Manutenção, de forma acessória, em todos os Extintores que compõem o rol de patrimônios da Secretaria de Educação, e daqueles que vierem a fazer parte deste rol, no decorrer do contrato conforme margem de segurança prevista. Sem custos adicionais para a contratante.

4.15 A Inspeção Técnica deverá ser feita trimestralmente em todos os extintores, sendo a primeira em até 30 dias após a assinatura de contrato.

4.16 A Manutenção deverá ser realizada conforme conveniência e necessidade apontadas no relatório da Inspeção Técnica, e previamente aprovadas pelo Fiscal do Contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 A empresa Vencedora deverá efetuar além do Serviço de Recarga, os serviços de Inspeção Técnica e Manutenção, de forma acessória, em todos os Extintores que compõem o rol de patrimônios da Secretaria de Educação, e daqueles que vierem a fazer parte deste rol, no decorrer do contrato conforme margem de segurança prevista. Sem custos adicionais para a contratante.

5.2 A Inspeção Técnica deverá ser feita trimestralmente em todos os extintores, sendo a primeira em até 30 dias após a assinatura de contrato.

5.3 A Manutenção deverá ser realizada conforme conveniência e necessidade apontadas no relatório da Inspeção Técnica, e previamente aprovadas pelo Fiscal do Contrato.

5.4 Para efeitos da Norma da ABNT, são adotadas as seguintes definições, as quais deverão ser cumpridas pelo prestador de serviços contratado.

5.5 INSPEÇÃO

5.5.1 Exame trimestral, efetuado por pessoal habilitado, que se realiza no extintor de incêndio, com a finalidade de verificar se este permanece em condições originais de uso.

5.6 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

5.6.1 *O relatório de inspeção deve conter no mínimo as seguintes informações:*

a) data da inspeção e identificação do executante;

b) identificação do extintor (inclusive número de Patrimônio);



- c) *localização do extintor;*
- d) *nível de manutenção executado, discriminado de forma clara e objetiva.*
- e) *assinatura do profissional responsável pela inspeção e do fiscal do contrato.*

5.7 MANUTENÇÃO

5.7.1 Serviço efetuado no extintor de incêndio, com a finalidade de manter suas condições originais de operação, após sua utilização ou quando requerido por uma inspeção.

5.8 MANUTENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL

5.8.1 Geralmente efetuada no ato da inspeção por pessoal habilitado, que pode ser executada no local onde o extintor está instalado, não havendo necessidade de removê-lo para oficina especializada. Consiste em:

- a) limpeza dos componentes aparentes;
- b) reaperto de componentes rosqueados que não estejam submetidos à pressão;
- c) afixação e colocação do quadro de instruções;
- d) substituição ou colocação de componentes que não estejam submetidos à pressão por componentes originais;
- e) conferência, por pesagem, da carga de cilindros carregados com dióxido de carbono.

5.9 MANUTENÇÃO DE SEGUNDO NÍVEL

5.9.1 Requer execução de serviços com equipamentos e local apropriados e por pessoal habilitado.

- a) desmontagem completa do extintor;
- b) verificação da carga;
- c) limpeza de todos os componentes;
- d) controle de rosca visual, sendo rejeitadas as que apresentarem um dos eventos:
 - crista danificada;
 - falhas de filetes;
 - francos desgastados;
- e) verificação das **partes internas e externas**, quanto à existência de danos ou corrosão;
- f) substituição de componentes, quando necessária, por outros originais;
- g) regulagem das válvulas de alívio e/ou reguladora de pressão, quando houver;
- h) verificação do indicador de pressão, conforme 8.2 e 9.3 da NBR 9654/1986;
- i) fixação o dos componentes roscados (exceto roscas cônicas) com torque recomendado pelo fabricante, no mínimo para as válvulas de descarga, bujão de segurança e tampa;



- j) pintura conforme o padrão estabelecido na NBR 7195 e colocação do quadro de instruções, quando necessário;
- l) verificação da existência de vazamento;
- m) **colocação do lacre**, identificando o executor;
- n) exame visual dos componentes de materiais plásticos, com o auxílio de lupa com aumento de pelo menos 2,5 vezes, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras.

5.10 MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL

5.10.1 Processo de revisão total do extintor, incluindo a execução de ensaios hidrostáticos.

5.11 RECARGA

5.11.1 Reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente.

- a) O agente extintor utilizado na recarga deve ser certificado de acordo com as normas pertinentes.
- b) **Não são permitidas** a substituição do tipo de agente extintor ou do gás expelente nem a alteração das pressões ou quantidades indicadas pelo fabricante.
- c) Os prazos para recarga de extintores são determinados pela Norma Brasileira – NBR 12962, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- d) A recarga deve ser realizada considerando-se as condições de manutenção e manuseio
- e) O agente extintor utilizado na recarga deve ser certificado de acordo com as normas pertinentes.
- f) A água utilizada na recarga deve ser portátil.
- g) No IMETRO existe um Selo de Conformidade para extintores, que garante a qualidade do equipamento e das empresas especializadas na manutenção. O selo deve ser trocado a cada manutenção/recarga do equipamento, com a data do próximo vencimento, e é válido em todo território nacional. O selo garante que o extintor ou serviço de manutenção/recarga foi certificado por uma instituição credenciada pelo INMETRO

5.11.2 As Portarias nº 206 de 16 de maio de 2011 e a nº 300 de 14 de junho de 2012 fazem a certificação do INMETRO junto as empresas.

5.12 COMPONENTES ORIGINAIS



5.12.1 Formam o extintor como originalmente fabricado ou que são reconhecidamente elaborados pelo fabricante do extintor. Exceção para o quadro de instruções, desde que contenha as informações originais do fabricante e a identificação da empresa prestadora do serviço de manutenção.

5.13 ENSAIO HIDROSTÁTICO

5.13.1 Executado em alguns componentes do extintor de incêndio sujeitos à pressão permanente ou momentânea, utilizando-se, normalmente, a água como fluido, e, que tem como principal objetivo, avaliar a resistência dos componentes a pressões superiores à pressão normal de carregamento ou de funcionamento do extintor, **definidas em suas respectivas normas de fabricação.**

5.13.2 **Demais serviços corretivos correlatos para o bom funcionamento dos extintores de incêndio, pertencentes ao rol desta Secretaria.**

5.13.3 **Observação: Não se enquadra neste subitem a prestação de serviços em garantia fornecida pelo fabricante.**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,



defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)

6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.11. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.12. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;

6.13. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;

6.14. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.15. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.16. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.17. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução



do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.18. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.18.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.18.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.18.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.18.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021).

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Todos os serviços deverão ser realizados nos endereços dos imóveis que sob responsabilidade da Secretaria de Educação, listados no **ANEXO I** deste Termo de Referência, após expedição de Ordem de Serviço pelo Setor de Patrimônio da SEDUC;

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e ao Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando



ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginascentralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por lote).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

b) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

d) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

e) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

f) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



- g) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- h) Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- i) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

- a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administrado-



res;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência



de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.4.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.4.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.4.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.5.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.5.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste



edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.5.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.6.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.6.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.6.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.6.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.6.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.6.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez



porcento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.7 Qualificação Técnica:

8.7.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.7.3 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.7.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.7.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- d)** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

- a)** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;



- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa à contratada que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1. Advertência;

10.3.2. Multa;

10.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;



10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 35.737,76 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

12.1.1.	Órgão/Unidade Orçamentária:	Secretaria de Educação
		22001.0412200472.125
		22002.1236100572.146
12.1.2.	Programa de Trabalho:	22003.1236500672.165
		22004.1236500762.182
		22005.1236300012.263
12.1.3.	Fonte de Recurso:	150000000000
		150010010000
12.1.4.	Natureza da Despesa:	339039-71



12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 15 de maio de 2025.

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Gustavo da Silva Martins Coordenador de Patrimônio Matrícula nº. 105.872	<hr/> Márcia Irene dos Santos Coordenadora de Manutenção Escolar Matrícula nº. 105.571

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matrícula nº. 990256